

Proc. _____
ENT 375 /SG/DAOSM/GAAM/ 17
DATA 13/02/17
Ana Fernandes



1.ª Comissão Permanente da Assembleia Municipal de Lisboa

Finanças, Património e Recursos Humanos

5.ª Comissão Permanente da Assembleia Municipal de Lisboa

Descentralização e Obras Municipais

6.ª Comissão Permanente da Assembleia Municipal de Lisboa

Direitos Sociais e Cidadania

PARECER CONJUNTO sobre a PROPOSTA n.º 12/2017

Adenda ao Protocolo de Colaboração celebrado entre o Município de Lisboa e a Junta de Freguesia de São Vicente referente à adaptação de duas salas do edifício sito no Campo de Santa Clara, n.º 60, no âmbito do Programa Municipal para a Pessoa Sem Abrigo.

Na sequência da entrada na Assembleia Municipal de Lisboa da Proposta n.º 12/2017 e da sua remessa pela Sr.ª Presidente da Assembleia às Comissões competentes em razão da matéria, a Comissão Permanente de Finanças, Património e Recursos Humanos, Comissão Permanente de Descentralização e Obras Municipais e a Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania deliberaram emitir Parecer Conjunto, nos termos seguintes:

I – CONSIDERANDOS

A Assembleia Municipal de Lisboa, na sua reunião de 20DEZ16, aprovou a Proposta n.º 660/CM/2016 relativa à celebração de Protocolo de Colaboração entre o Município

de Lisboa e a Freguesia de São Vicente, com o objectivo de recuperar, adaptar e equipar duas salas de edifício sito no Campo de Santa Clara, n.º 60;

Na Proposta em causa, bem como no respectivo Protocolo, foi indicado que o imóvel era pertença da Freguesia tendo-se porém verificado em momento posterior que na verdade o imóvel é propriedade do Município de Lisboa, estando antes cedido à Freguesia em regime de comodato, conforme Contrato de Comodato que se junta à presente Proposta como Anexo I e da qual faz parte integrante;

No âmbito desse Contrato de Comodato, a competência para conservação, reparações e obras é já da Junta de Freguesia não havendo necessidade de proceder a qualquer outra alteração para além do conteúdo da Cláusula, na qual se faz referência à propriedade do imóvel;

Importa portanto proceder à rectificação do n.º 1 da Cláusula 1.ª do Protocolo de Colaboração, passando a figurar como proprietário do imóvel, o Município de Lisboa.

II – ANÁLISE da PROPOSTA

1. A Proposta inclui a Adenda do Contrato entre o Município de Lisboa e a Freguesia de São Vicente;
2. A Proposta visa, em exclusividade, concretizar a necessária correcção material da Cláusula 1.ª do Protocolo, quanto à menção relativa ao proprietário do imóvel.

III – CONCLUSÕES

1. Por razões de natureza legal e administrativa, torna-se imprescindível a correcção dos termos do referido Protocolo e correspondente Contrato;
2. A apreciação cumpriu o prazo fixado pela Presidente da Assembleia Municipal para emissão de Parecer., ao abrigo do disposto no artigo 75.º do Regimento.

IV – ANEXOS

Os signatários consideraram desnecessária a junção ao presente Parecer de quaisquer outros elementos documentais além do Contrato de Comodato e Adenda ao

Protocolo de Colaboração, nem tal foi solicitado por qualquer Deputado/a ou Grupo Municipal.

Os Grupos Municipais e Deputados/as Independentes representados/as nas Comissões reservam para o Plenário, a expressão do seu sentido de voto.

Este Parecer foi APROVADO por Unanimidade dos Grupos Municipais e Deputados Independentes representados ou pertencentes nas/às Comissões.

Assembleia Municipal de Lisboa, 13 de Fevereiro de 2017

A Presidente da 1.ª Comissão



Irene Lopes

O Presidente da 5.ª Comissão

Miguel Coelho

P¹ O Presidente da 6.ª Comissão e co-Relator



João de Magalhães Pereira

Deputada-Relatora



Sofia Oliveira Dias